



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 093

**PRÁTICAS AGROEXTRATIVAS DE
GRUPOS NEGROS DO TROMBETAS**

**Rosa Acevedo
Edna Castro**

Belém, Maio de 1998

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Cristovam Wanderley Picanço Diniz

Vice-reitor

Telma de Carvalho Lobo

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Edna Maria Ramos de Castro

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Indio Campos

Marília Emmi

Sector de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 093

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

PRÁTICAS AGROEXTRATIVAS DE GRUPOS NEGROS DO TROMBETAS¹

Rosa Acevedo² & Edna Castro³

Resumo:

O sistema social dos antigos ocupantes das margens do rio Trombetas e dos seus herdeiros está assentada sobre significados reais e imaginários que propõem explicações sobre a existência do grupo nesse território, produto de representações, apreensão da natureza e que perfazem, de forma original, a oralidade de sua história. Neste artigo busca-se percrustar o significado didático entre grupos negros construindo seu sistema colonial nas particularidades do ecossistema do trombetas. O século passado marca para essas comunidades um processo expropriatório por parte da sociedade dominante, o que estimula o desenvolvimento de um modo de cooperação e de práticas associativas substanciais para a permanência e unidade dos grupos que conformariam um modo de produção doméstico ou familiar na região, essencial para a permanência destes desde o início deste século em diversos grupos do Trombetas. A intervenção contínua da sociedade branca em seus territórios tem demandado um processo de desestruturação da organização social e produtiva baseada em práticas milenares. Entretanto, os negros demonstram níveis de permanência e capacidade de reprodução sobre as bases de sua identidade étnica e de reconquista territorial, materializadas em pressões no sentido de obterem a demarcação de suas terras.

Palavras-chave: Práticas milenares. Negros. Desestruturação produtiva.

¹ Este artigo incorpora parcialmente idéias desenvolvidas no livro *“Negros do Trombetas: Guardiões de Matas e Rios”* (1993) e informações da pesquisa em curso *“Processos Identitários e Formas de Uso e Gestão do Território: estudo comparativo entre Grupos Negros no Brasil (Amazônia), Guiana e Suriname”*, desenvolvida no âmbito do NAEA.

² Socióloga, Doutora em História Social e Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA.

³ Socióloga, Doutora em Sociologia e Professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA.

O sistema social dos antigos ocupantes das margens do rio Trombetas e dos seus herdeiros está assentado sobre significados reais e imaginários que propõem explicações sobre a existência do grupo nesse território, produto de representações, apreensão da natureza e que perfazem, de forma original, a oralidade de sua história. Neste artigo, perscrutamos o significado diádico entre grupos negros construindo seu sistema social nas particularidades do ecossistema do Trombetas, numa definição ampla dessa região.

Mais de dois séculos de ocupação estão atravessados por uma necessidade comum de conquista de territórios que permita a esses grupos estar salvaguardados de ameaças e construir formas de organização social permanentes. Na primeira fase de ocupação que os conduziu ao sistema de cachoeiras dos afluentes formadores do rio Trombetas, acionaram mecanismos de mobilização e realizaram longos deslocamentos. Nestes lugares, abriram pequenas roças, pescavam, caçavam e fabricavam objetos de artesanato⁴ de maneira a prover-se de alimentos, vestuário e de transporte, como também para definir tratamentos de saúde e elaborar diversos significados míticos da floresta, cursos d'água e corredeiras. O descenso das cachoeiras na segunda metade do século passado progrediu até criar os sítios atuais. Constituiu uma estratégia de superação dos limites impostos pelas dificuldades físicas de deslocamentos através desses cursos de água e da baixa capacidade de sustentação do habitat. Novamente no território banhado pelas "águas mansas", eles refazem os sistemas de cultivo, aprendem meios de aproveitamento de lagos e do grande fluxo dos rios Erepecuru e Trombetas. A exploração da floresta para extrair madeiras, frutos e sementes intensificou-se com a procura desses produtos por comerciantes, ao mesmo tempo que esses camponeses abriam roças e ensaiavam cultivos permanentes, heranças para as novas gerações.

Nos discursos de antigos e novos ocupantes do Trombetas refletem-se as práticas e a especial faculdade inventiva que os tornam experientes no manejo e uso da biodiversidade existente neste ecossistema. Práticas que se constituem em dotes e saberes, até hoje escassamente sistematizados. De fato, esta observação atravessa a história da ocupação do grupo na área, pois, apesar de deterem uma representação elaborada e sofisticada sobre as combinações possíveis para realizar a diversificação de uso de recursos e do próprio sistema social, pouco se tem avançado no seu discernimento. Ao contrário, os métodos de desqualificação dos saberes por parte de modelos de conhecimento da sociedade envolvente os têm colocado sob a arbitrariedade de intervenções negadoras do seu conhecimento sobre esse ambiente. É importante a contribuição da pesquisa etnohistórica para recuperar o sentido profundo e a riqueza das relações desse grupo com o ambiente. Até o presente, no

⁴ Os entrevistados listaram os artefatos e utensílios construídos para o uso doméstico, a exemplo de objetos de barro cozido usado para preparação de alimentos, de teares para beneficiar o algodão e confeccionar redes que conheceram como patrimônio cultural dos seus antepassados. Observamos a fabricação original de uma roda para espremer mandioca, instrumento de trabalho, bastante freqüente nos sítios.

Brasil, a contribuição do africano na introdução de saberes, domesticação de espécies e elaboração de técnicas agrícolas passa despercebida dos esquemas da ciência erudita. O que se explica porque o sucesso no cultivo de espécies foi mais facilmente creditado aos fazendeiros do que aos trabalhadores diretos e os estudos pouco têm avançado sobre a capacidade e inventiva do grupo em situação de conquista do território do Trombetas.

No século passado, os quilombolas do rio Trombetas foram conhecidos pela sua excelência na produção do tabaco. Outras marcas encontram-se nas árvores de cacau plantadas e localizadas na memória como herança. Também os cultivos do algodão e da mandioca que se encontravam nas roças às margens do rio foram rapidamente mencionados, muitas vezes com ar de admiração, em relatórios de viajantes. A contribuição mais exata, entretanto, deve ser atribuída ao manejo desse ecossistema. O uso da floresta, sem indicadores de grandes áreas desmatadas, extinção de espécies ou degradação, permite interpretar que, durante duzentos anos de ocupação, eles colocaram em prática meios de provisão de bens diversificados sem colocar em risco os recursos naturais encontrados e, em muitos casos, mesmo ampliando-os.

O domínio de *saberes, perigos e magias* sobre a natureza incorporava-se no imaginário, recodificando experiências, como condição do sucesso nas fugas do cativo e de permanência nos quilombos. Da paragem do chamado *mocambo* às formas sociais percebidas e apropriadas nas *águas mansas*, transcorre um tempo passado e presente que sintetiza não apenas o dado material de provisão de peixes do rio ou de lagos, mas o reconhecimento e classificação de espécies ictiológicas, semelhantes à cuidadosa observação da fauna e flora terrestre. Esses conhecimentos codificados encontram-se com imagens e experiências de esquadramento de espaços, não fragmentados nem recortados arbitrariamente.

Em Mãe Cuê, um dos sítios do Médio Trombetas, realizamos uma das longas entrevistas, acrescida de observações sobre o cotidiano de atividades realizadas por vários grupos que, neste segmento do rio, completam e desenvolvem um complexo calendário agro-extrativo. Nessa oportunidade, acompanhamos algumas horas de pescaria e o entrevistado comentava, entre os saberes sobre a pesca, aqueles especializados na tartaruga. Saber esse transmitido pelos mais velhos, que indicavam para as novas gerações quais as praias ou tabuleiros onde era possível encontrar pequenas e grandes tartarugas e colaborar para que a espécie continuasse sua reprodução, prestando cuidados aos ovos e aos recém-nascidos. Descreveram minuciosamente esse conhecimento e identificaram-no como “*engenharia*” que poderia traduzir faculdades inventivas. Essa expressão ilustra esse conhecimento dos antigos “caçadores” de tartaruga ao mesmo tempo que assinala observações críticas sobre os

métodos de pesquisa dos quêlonios⁵ por parte de técnicos e pesquisadores que ignoraram totalmente qualquer possibilidade de parceria com o grupo, refletindo a posição oficial de desqualificação desses saberes. Os limites e rupturas do olhar externo corrói, divide e lapida grotescamente significados reais ou imaginários sobre a experiência desse grupo. Esse corroer é produto de outra história, de outra apreensão da natureza, portanto, de outras representações estranhas ao mundo dos antigos ocupantes das margens do rio Trombetas.

Campesinato e sistemas agro-extrativos

A formação histórica dos primeiros segmentos do campesinato na Amazônia origina-se da ruptura de escravos com as estruturas econômico-sociais do passado colonial, representadas pela fazenda ou o engenho, constituindo-se nos grupos camponeses mais antigos. Corresponde, no tempo, à formação da propriedade, via distribuição de sesmarias, e à organização das denominadas colônias de ocupação e de povoamento. Sesmeiros e colonos detinham possibilidades de adquirir escravos para desenvolver uma agricultura projetada a nível comercial. Os ex-escravos transformam-se em segmentos camponeses, no ato de ruptura com a relação de propriedade escrava, e ao definir, ao lado de uma situação de domínio espacial nos antigos quilombos, as condições de sobrevivência com base na exploração agro-extrativa do território sob seu controle. Esse domínio escaparia primeiro a qualquer formalização jurídica até o reconhecimento das *ocupações especiais*, na Constituição de 1988, e, depois, distanciava-se de projetos que definiam possibilidades restritivas, a exemplo de projetos agropecuários que se justificam inclusive pela condenação do extrativismo como predatório.

Nas cidades de Óbidos, Alenquer e Santarém, registram-se unanimidade nos comentários sobre a qualidade, a quantidade e o tamanho da castanha do alto do rio Trombetas. Sobre a mandioca, Penna informava existir uma freqüente dependência em relação a Belém. Outros produtos como o café e o algodão eram cultivados em pequenas quantidades, mas o autor ressalta que o tabaco era “*em maior escala do que o café*”, e que “*a maior quantidade e a melhor qualidade que aparece no mercado de Óbidos é proveniente dos mocambos do rio Trombetas*” (Penna, 1973: 152). Os testemunhos contemporâneos incorporaram observações diversas sobre o rio Trombetas e reconhecem a presença do quilombo e seu papel na economia regional. Por volta de 1870, a *gente do quilombo* apresentava-se na cidade de Óbidos para comercializar tabaco, café, salsaparrilha, peles e comprar sal, facões, tecidos e ferramentas, rompendo o medo dos seus senhores. Do seu lado, a sociedade escravista propunha um novo padrão de relacionamento, não clandestino, combinando formas de incorporá-los às novas

⁵ Neste ponto, referia-se às atividades do Projeto Quêlonios da Amazônia, inserido nas atividades do CENAQUA - Centro Nacional de Conservação e Manejo de Quêlonios. Dele participavam pesquisadores do INPA.

relações sociais. Tavares Bastos (1866) e Rodrigues (1875) comentam os lamentos dos senhores que haviam visto fugir 20, 30 e até 100 escravos dos seus plantéis e temiam por novas sedições. A ameaça podia, portanto, ser bem menor com a institucionalização do *mocambo*, tanto mais que proprietários e autoridades encontravam-se sem condições de combatê-lo. Os mecanismos de integração forçada do trabalhador do quilombo à sociedade foram de natureza econômica. No plano social, os senhores não lograram controlar imediatamente, via relações de patronagem, esse grupo. A formação desses laços de dependência tampouco aprofundaram-se no meio desses trabalhadores, de modo homogêneo. Alguns deles intensificaram contatos com comerciantes, como no caso dos localizados em Cachoeira Porteira, curiosamente denominada de *Colônia*. Mais tarde, as unidades familiares que se espalharam pelo Médio Trombetas, de Oriximiná até a boca do Cuminá, e, subindo pelo Alto Trombetas, da boca do Cuminá até o Alto Trombetas, agregando os grupos do Erepecu e Acapu, inseriram-se nas relações de patronagem, na medida em que governo e agentes econômicos promoveram a incorporação dessas terras com abundância de castanhais - caso do Mapuera e Erepecu -, via práticas de caráter privatista do tipo compra, venda e arrendamento.

No século passado, a coalisão mais importante radica-se nas políticas expropriatórias que partem da sociedade dominante. Mas o efeito interno foi o desenvolvimento de um modo de cooperação e de práticas associativas substanciais para a permanência e unidade dos grupos. Essas práticas conformariam um *modo de produção doméstico* ou familiar na região do Trombetas, o qual é dominante e foi essencial à permanência dos negros, desde o início deste século, nos núcleos de Cachoeira Porteira, Abuí, Abuizinho, Paraná do Abuí, Tapagem, Sagrado Coração, Macaxeira, Mãe Cué e Boa Vista, e somente pode ser entendido pela análise de seu complexo sistema social e econômico. No presente, as situações de interação delimitam interesses e valores específicos do grupo. As dimensões objetivas e subjetivas da sua identidade⁶ estão na definição da natureza e dos limites do grupo, no reconhecimento do *nós* que se afirma pela percepção do *outro* e que é constituído pelas redes e coalisões que envolvem os atores contemporâneos.

O trabalho em grupo é uma forma de racionalizar as forças produtivas e maximizar os resultados e os limites impostos pela natureza a uma economia agro-extrativa. Praticamente, todos os membros da família envolvem-se nas diferentes tarefas que garantem a produção, comercializada ou não. A participação de crianças resulta em práticas que regulam a socialização das novas gerações e a aprendizagem dos processos produtivos. Apesar do uso de diferentes técnicas aplicáveis de forma

⁶ A identidade étnica desse grupo é recriada pela memória das lutas de seus antepassados, marca de uma conjuntura histórica e forma primeira do seu processo de construção social e de diferenciação face aos outros. Estruturou, de forma complexa, as resistências à dominação no presente século. Sua existência contraria o processo de integração/exclusão à sociedade dominante e branca, ocorrido com a maioria dos grupos negros no país, resultando em sua negação.

especial nas várias atividades desenvolvidas pelo grupo, a base do modo de produção reside numa especial organização do trabalho. Tais práticas implementadas na agricultura e no extrativismo remontam às gerações dos quilombolas. As dificuldades técnicas e os limites impostos pela natureza - fertilidade de solos, tempo de gestação das espécies e acesso problemático pelas cachoeiras ou pela densidade da mata - certamente contaram na invenção das práticas coletivas de produção e transporte.

O tempo dessa invenção, da produção desses sistemas, não é linear. Podemos supor uma primeira ruptura de grupos provenientes de ecossistemas do continente africano, desenraizados pela escravidão. Num outro momento a experiência do africano responde por trocas de saberes com culturas indígenas, no alto das cachoeiras, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos. A questão é saber quanto tempo levaram para produzir esses sistemas de conhecimento, a fragilidade e os riscos de perdas desses saberes, face a intervenções externas. A coesão e a solidariedade grupal, amadurecidas no constante confronto com atores da ordem escravocrata, reforçaram não somente a rede interna de relações políticas e sociais como também as estruturas produtivas e culturais. Desta forma, chegaram até a atualidade os elementos essenciais dessa gestão coletiva do trabalho, cujas bases são as concepções de propriedade comum da terra e de natureza e sociedade enquanto totalidade.

As forças sociais atualmente mobilizadas no Trombetas e Erepecuru (Cuminá) estão adaptadas às exigências de subsistência do grupo doméstico e da comunidade mais ampla, conseguindo potencializar as forças individuais. No caso do Trombetas, essa organização do trabalho não se limita ao grupo doméstico, pois a teia de relações sociais da comunidade é importante, particularmente no *puxirum*. Embora as terras sejam de usufruto comum, as famílias têm acesso a elas enquanto membros do grupo, escolhendo seus sítios, locais de roças e circulando nas áreas de pesca, caça e coleta vegetal. É pelo trabalho que a família usufrui do território e de seus recursos. A unidade familiar define as tarefas e os momentos dedicados a cada atividade e a distribuição pelos membros do grupo, mas também é a vigilante dos valores culturais que resguardam, em última análise, o modo de produção. A roça tem a função de atender necessidades familiares e produzir um excedente capaz de alimentar as relações de sociabilidade, com outros grupos domésticos e com a comunidade mais ampla, *bancando* reuniões padronizadas nos costumes para estreitar as relações de convivência. Na divisão social do trabalho estabelecem-se as bases de realização dessa produção. Sob formas relativamente simples, a organização da produção faz-se em vários níveis: divisão social do trabalho por sexo e por idade; divisão social combinando a sazonalidade - inverno e verão - e divisão técnica do trabalho coletivo, como por exemplo, na fabricação de farinha. A produção é sobretudo potencializada pelas complementações estabelecidas entre homens e mulheres.

Tempo da Natureza

O desenvolvimento do sistema agro-florestal praticado pelos produtores do Trombetas e outros grupos da Amazônia frequentemente denominados ribeirinhos ou extrativistas requer uma polivalência de conhecimentos e de habilidades. O rio e o ciclo de águas é incorporado como dimensão fundamental na vida das *comunidades ribeirinhas*. No caso dos grupos do Trombetas, sobressai a particularidade de terem tecido contínuos laços de cumplicidade com a natureza ao reinventarem sua liberdade, mantendo fortes traços culturais com esse conteúdo. Depoimentos recolhidos entre os anciãos testemunham o recurso à imagem dos rios, igarapés e lagos, como percurso para chegar aos campos da memória onde estão depositadas as lembranças dos antepassados.

O calendário agro-extrativo destes trabalhadores do rio Trombetas acompanha o movimento das águas, que cedem ou enchem, refazem e renovam um novo ciclo. A sazonalidade identifica a plasticidade aos tempos da natureza, na construção quotidiana da vida. Nos meses de junho a agosto, descortina-se o tempo de trabalho intensivo na roça. De janeiro a maio, os castanhais do Trombetas são visitados, habitados pelas famílias que temporariamente o povoam e o enriquecem por novos sons da coleta, da quebra da castanha. Nos demais meses, outras atividades intercalam-se com a mais permanente no calendário anual, a roça. A concepção do tempo social e do tempo individual encontra-se regulada pelo tempo da natureza. Jornadas que seguem suas sinalizações, definindo tempos de caçar, de pescar, de coletar - a castanha e madeiras em especial -, e de abrir as novas roças. Perceber essas dimensões de tempo constitui uma sabedoria e restabelece o equilíbrio necessário para, como falam, *adomar o rio e a floresta* e permanecerem livres. Evitam, assim, mecanismos que possam não só implicar outras forças técnicas de domínio da natureza, como também uma maior sujeição ao trabalho que possa ocasionar rupturas de seu modo de vida. As atividades produtivas e suas formas de realização apresentam-se atravessadas, no discurso e na prática, pela divisão entre *verão* e *inverno*, demarcações do tempo que correspondem à sazonalidade do trabalho. A incidência das chuvas encontra-se com a *cheia* dos rios, quando o principal é a coleta da castanha; o período de *seca* é representado por eles como o tempo da roça, fundamental na reprodução material do grupo e na intensificação das relações de sociabilidade, fase em que a diminuição do volume d'água, em rios, igarapés e lagos descobre as praias, desnuda as margens e como que alonga a floresta.

A divisão do tempo em *inverno* e *verão*, que permeia a estrutura da vida econômica da comunidade, organiza também os momentos do calendário anual de festas e da religiosidade, de manifestações políticas, de maior ou menor integração nas relações familiares, de visitas a amigos e parentes em outros lugares situados no rio Erepecuru (Cuminá), e ainda, com menos frequência, às cidades de Oriximiná, Óbidos, Porto Trombetas e Santarém.

Regularmente, o grupo doméstico recria seus hábitos alimentares baseando-se em regras de seu sistema classificatório, que seleciona alimentos preferenciais segundo as estações do ano, a exemplo da caça, priorizada no *inverno* por estar mais gorda e suprir necessidades protéicas identificadas nos costumes do grupo. O peixe, além de abundante no *verão*, é considerado por eles mais apropriado à saúde em momentos de intenso calor e quando o trabalho da roça os impede de fazer longas caçadas. Seguem um sistema seletivo de espécies para compor as práticas alimentares, conforme regras de alternância do mesmo tipo de caça, como condição de reciclagem alimentar. A seleção se faz com base nos mesmos princípios utilizados para classificar a fauna existente. Essa interessante forma de manejo das fontes naturais de alimentação somente é possível em situações de profundo conhecimento do meio ambiente. Os negros do Trombetas receberam dos índios localizados acima das cachoeiras um *saber extrativo* elaborado de suas relações com a natureza, mas eles foram também sujeitos desse processo no sentido de inventarem novas maneiras de pensar e agir sobre essa mesma relação homem/natureza, acumulando um conhecimento socialmente repassado às atuais gerações⁷.

A ordem da natureza é interpretada seguramente sem o rigor de um conhecimento produzido pela ciência, mas gerador de um saber prático eficiente em relação ao seu modo de produzir e viver. O saber prático dos negros do Trombetas alimenta, em processo contínuo, suas necessidades cotidianas e pode ser conferido pela forma como são classificados diversos campos da natureza. A capacidade de classificar, segundo categorias, os objetos reais, importa numa construção de significados para o processo de comunicação. Os membros desses grupos interagem, recriando imagens, reconstruindo termos e enunciados, inspirados na natureza que os cerca. Mas é também a idealização do passado mediatizado pelos sonhos do presente: “Oh! Mãe Cachoeira, se não fosse você eu não seria feliz”.

Não é, pois, apenas uma percepção dos recursos naturais aproveitáveis para sua sobrevivência, mas também como universo pleno de sentido simbólico. Colocam em funcionamento estratégias que objetivam satisfazer necessidades sociais e prioridades de manejo seguindo uma hierarquia de preferências em relação ao que plantar, coletar, caçar, pescar e preservar. A seleção do que plantar segue uma escala de preferência alimentar, combinando critérios de diversidade de gosto, de costume, de valor nutritivo e possibilidade de sucesso no plantio. A partir dessa escala de preferência e da importância que ocupam os gêneros resultantes da caça, da coleta, da pesca e do plantio, é possível

⁷ Uma primeira lição a tirar dessas práticas alimentares é a de não inibirem a reprodução das espécies que servem ao consumo familiar, garantindo a reprodução desse modo de vida às gerações futuras. O manejo de recursos extrativos, nessa modalidade, contesta as formulações sobre o papel depredador que teriam desempenhado as *comunidades ribeirinhas* em relação à fauna amazônica. Depreende-se das suas falas, serem eles portadores de uma sabedoria que lhes permite integrar sua ordem social às lógicas da natureza, o que constitui para as primeiras gerações de negros refugiados nos quilombos dos rios Curuá, Trombetas, Mapuera e Cuminá, condições necessárias à sobrevivência e à defesa contra as inúmeras ameaças que representaram a ordem escravista, através das missões políticas e religiosas de captura aos negros fugitivos, e dos mecanismos viabilizadores da produção de recursos extrativos para o circuito mercantil.

entender aspectos importantes das relações do grupo com o território comum. Praticam uma estratégia de deslocamento familiar em função das fontes de aprovisionamento, que podem ser a caça e a pesca, mas também a presença de terras mais férteis para realizar seu roçado, notadamente em terra firme. Em tempos não estritamente regulares, o grupo doméstico procura mobilizar-se em direção a lugares onde os alimentos desejáveis ou suas fontes estejam o mais próximo possível de seu lugar de residência. Sua permanência no mesmo lugar encontra limites nas condições do próprio meio natural. O ponto central dessa estratégia é o aumento do tempo de trabalho e gasto de energia necessário para alcançar a distância entre o local de habitação e o local de trabalho. Há uma racionalidade que busca compensar, pela economia de tempo e esforço, as dificuldades impostas pelo uso de tecnologias rudimentares.

A percepção de terra comum e não privada tem papel importante nos deslocamentos. Estes, traçando-se dentro do território comum - identificado como terras conquistadas por seus antepassados -, conservam os laços interfamiliares e as práticas que definem relações econômicas, políticas e culturais. A concepção de propriedade comum e os deslocamentos familiares influenciam na concepção de habitação. Em geral, as casas são construídas com material recolhido na mata, como madeira e palha, dando um caráter de provisoriedade, podendo permanecer com uma de suas paredes laterais abertas ao vento. Cada indivíduo na sua relação com a natureza alcança uma integração que extrapola o espaço circundante da residência, e invade o espaço da floresta, de rios, lagos, igarapés e cachoeiras, ambientes que lhes serviram para construir, ao longo de quase dois séculos, um modo de vida particular. Percebe-se profunda acuidade na seleção daquilo que é socialmente acumulado, reciclado e socializado. Esses processos adaptativos moldam-se às representações sobre a natureza. Águas e floresta são difíceis de serem entendidas sob os valores de lógicas que presidem a sociedade capitalista, fundadas em princípios que negam a territorialidade e a etnicidade desses grupos. São maneiras diversas de perceber, de interpretar, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. Trata-se de dois sistemas onde o técnico-econômico funciona sob normas diferentes e que dão resultados e efeitos também diferentes, enquanto impacto antrópico sobre o meio ambiente.

Associada ao *verão*, a roça representa para os negros do Trombetas a atividade principal. Ela fornece uma diversidade considerável de produtos como cereais, raízes, frutas, e legumes. É também um momento de fortalecimento dos laços de solidariedade, por corresponder à intensificação das relações intra e interfamiliares em função da organização do trabalho em suas diversas fases, através do trabalho familiar e do puxirum. O chamado *puxirum* constitui uma *técnica social* de maximização das energias individuais, o exercício do trabalho coletivo sob forma de ajuda mútua. Na medida em que os trabalhadores assumem com intensidade tarefas idênticas, há uma outra força que se coloca em marcha, não redutível à somatória das forças individuais. O modo de colaborar é ele mesmo uma força

produtiva. Força de trabalho oriunda do corpo coletivo, cuja atividade comum potencializa energias físicas e psíquicas. A execução da derrubada de uma área, cujo cálculo equivaleria ao trabalho de 20 dias/homem, poderia ser realizada, por exemplo, pelo sistema de *puxirum*, em 1 dia por 12 homens. Constitui um mecanismo de racionalização do tempo e do esforço individual, estabelecendo-se sobre regras que definem a troca de tempo de trabalho. Os negros do Trombetas explicam essa relação como uma *troca de dias*. Compõe-se a atividade de roça de quatro fases principais: derrubada, plantio, capina e colheita. O puxirum é realizado nas etapas que exigem maior intensidade de trabalho. A derrubada (ou roçado) é feita por homens. Do plantio, cujas práticas apóiam-se no trabalho familiar, participam vários grupos domésticos acordados no contrato de colaboração. Os trabalhadores envolvidos no puxirum não se relacionam sob bases de remuneração da força de trabalho ou parceria. O que está presente é um sistema organizando de troca de tempos de trabalho relativamente iguais para tarefas semelhantes e socialmente necessárias. Somente por exceção e segundo acordos prévios, essa técnica deixaria de corresponder a tarefas iguais, a exemplo de um companheiro que trocaria o trabalho de derrubada da roça pela busca de alimentos (pesca ou caça) para suprir o grupo no puxirum. Nessa perspectiva, as mulheres também participam do puxirum, encarregadas da preparação de alimentos. Os costumes que estabelecem as condições e as regras dessa troca prevêm o seu uso também, mas de forma excepcional, na quebra e no transporte de castanha em áreas distantes e com grande densidade dessa espécie. Contando com essas estratégias de organizar o trabalho e suprir dificuldades impostas pela ausência de tecnologias mais avançadas, eles estruturam os esquemas lógicos para apropriação de recursos naturais. Essa organização expressa, portanto, um uso racional das forças produtivas, para o qual subjaz um cálculo e uma comparação de custos que implicam outras alternativas de produção, em dadas condições técnicas.

O plantio recompõe o trabalho da unidade doméstica. A preparação de alimentos por mulheres é uma atividade percebida não apenas como função produtiva mas também como elemento importante para estreitar laços de convívio coletivo e integração das relações comunitárias em vários planos, incluindo o lazer. O estabelecimento de uma ordem cronológica no atendimento de cada família envolvida nessa prática depende de regras bastante simples, definidas a partir da formalização de um *convite*, termo por eles utilizado. A iniciativa pode ser tomada por cada grupo doméstico. Depreende-se como princípio articulador desse processo o seguinte: cada família prepara sua roça contando com a ajuda de convidados (cerca de 15 homens para realizar a derrubada e um número acordado de famílias para a fase de plantio), comprometendo-se a retribuir o tempo de trabalho incorporado em seu próprio roçado, participando da fase de derrubada dos demais. Um sistema de regras instituídas nos costumes desempenha a função de controle sobre os compromissos assumidos na troca de tempo de trabalho, garantindo eficiência na reprodução dessa modalidade de organização. Tal procedimento dá uma mobilidade aos trabalhadores, permitindo deslocarem-se pelos roçados das famílias na fase de

execução de tarefas mais demoradas e penosas. O fato de nenhuma família, em geral, ficar sem roça reafirma práticas de igualdade de condições e a responsabilidade compartilhada na reprodução do grupo e do patrimônio cultural. A relação diferenciada que esses camponeses mantêm com a natureza aparece ainda em outros planos. A exemplo, os lugares selecionados para os cultivos são semi-inclinados, logrando assegurar a matéria orgânica, e, ao mesmo tempo, assimilar o regime de chuvas, conforme as necessidades das distintas espécies plantadas. A escolha do lugar da roça é atributo do grupo familiar. É também cada família quem define seu tamanho segundo suas necessidades de consumo e capacidade de produção, estimando um excedente anual que lhe permita comercializar e desenvolver o sistema de troca comunitária. Cálculo que entra na avaliação do tamanho da roça. A disponibilidade de braços masculinos conta na dimensão da roça. O mais comum no Trombetas é encontrarem-se roças de pequena dimensão, em torno de 3 a 5 tarefas, cujos trabalhos são realizados de junho a agosto. A seleção da parcela de terra indica uma orientação segundo o legado de terras de uso dos índios. Nesses solos, os plantios são de café e de cacau, respondendo à melhor adaptação às exigências das espécies. A roça de mandioca está associada a deslocamentos para diferentes lugares dentro do território comum de tal forma que compense as deficiências do solo, como a acidez. Ao mesmo tempo, esse rodízio permite reciclagem e manejo. As técnicas de plantio baseiam-se em um tipo de associação, como policultivos que favorecem o equilíbrio e ajudam na recuperação dos solos.

O trabalho da roça tem como eixo a plantação da mandioca. A partir dela, o espaço é esquadrinhado. Utilizando-se o conceito de quadra, as famílias identificam o espaço reservado à mandioca e às espécies: arroz, feijão, melancia, jerimum, cará, batata doce, macaxeira e outros. A preparação da roça no verão implica a seleção de sementes e de talos para enxerto de certas espécies. É a época de continuar a colheita e de intensificar o preparo da farinha. Verificam qualidade de sementes, dos talos de mandioca, dos brotos de abacaxi, de enxertos de outras raízes, submetidos a classificação e conservação.

Permite o verão um trânsito melhor pela floresta na procura de sementes, paus, ervas e fibras, mas também indica a fase de queimadas, de limpeza dos terrenos, de plantio de árvores medicinais e comestíveis. Nas vizinhanças da moradia as mulheres realizam a limpeza dos quintais, onde serão mais uma vez, após a descida do nível do rio, semeadas fruteiras e os canteiros com cheiro verde, pimenta, chicória, cebolinha. Este é o lugar de uso doméstico, o mais próximo e imediato para uso culinário e para alocar ervas medicinais que constituem acervo precioso do grupo, garantindo os cuidados do corpo. Plantam-se também ervas e raízes que formam parte do ritual religioso, do arsenal de banhos, defumações e outras manifestações de comunicação com o campo do sobrenatural, tão importantes nas práticas cotidianas. Essas comunidades vivenciam momentos expressivos de sincretismo religioso. Encontram-se aí marcas da experiência social acumulada desde a época de cativo, no âmbito das relações com os brancos e seus costumes.

Essa estação corresponde ainda à maior permanência da família no sítio de residência e na própria comunidade. Por isso, é também o momento mais propício para cada uma planejar e ensaiar suas pesquisas agro-ecológicas. O sentido da experimentação, do ensaio-erro e do reconhecimento está presente nessa rotina. A estação da *seca* é ainda o tempo de reconstruir as casas, de fabricar canoas e cascos, de elaborar instrumentos de trabalho, musicais e utensílios domésticos. Refaz-se o deteriorado, aquilo que foi decomposto e que não pode faltar no novo ciclo de vida. O verão tem essa significação de início, de começo de novo ciclo. Tem a ver com as características da natureza, com as diferenças em relação ao inverno, com as *cheias* e as *águas fortes*, muitas vezes provocando demolições. O grupo doméstico incorpora em seu tempo de trabalho a produção dos utensílios dos quais se serve para realizar as inúmeras atividades necessárias à sua reprodução, estas também perpassadas por uma divisão sexual. A atividade de caça, dado as difíceis condições de acesso na mata, os perigos e muitas vezes as demoradas ausências, em geral é reservada aos homens, embora não haja regras rígidas que impeçam o exercício dessa prática por mulheres. A pesca, em muitas ocasiões, mesmo apenas para subsistência do grupo familiar, é, na maior parte das vezes, realizada pelos homens. Observamos porém muitas mulheres saírem em busca de suprimento de pesca, abastecendo mais de uma família com o produto obtido.

Os pescadores defrontam-se com alterações na coloração da água, na profundidade do rio, no cardume e, com elas, a tarefa de seleção dos equipamentos segundo as preferências, antes de sair para pescar. Comprovam e conferem presença e ausência de tipos de peixe. Essa atividade percorre o calendário anual, embora seja mais intensiva no verão. O rio Trombetas, seus afluentes e lagos, são cursos com variedades de peixes, e seus moradores classificam-nos segundo tamanho, cor, quantidade, características morfológicas e comportamentais da espécie, determinando a seleção de técnicas apropriadas e as formas de captura. Até recentemente o pirarucu seco representava um dos produtos importantes da contribuição dos negros na economia regional. Sua venda era feita em Oriximiná e Óbidos ou era comercializado diretamente com os regatões que aportavam em seus locais de habitação. Atualmente, a pescaria não representa uma atividade comercial no Alto Trombetas. Os relatos assinalam igualmente a redução dos quelônios. A prática de salga do pescado restringe-se ao consumo familiar, realizada sobretudo como forma de manter traços culturais e abastecer viagens de trabalho do grupo doméstico, na caça e na coleta de castanha. A preferência é pelo peixe fresco, apanhado em proporção às necessidades. As técnicas utilizadas na pesca têm seu sucesso sobretudo pelo saber acumulado, que permite a combinação de fatores importantes: horários adequados, destreza individual e utensílios apropriados. Citam-se como principais tipos de pesca: de linha, de arpão, de zagaia, de malhadeira (menos usada), cujos utensílios são referidos nos relatórios de viajantes de fins do século passado. A canoa é referida como um dos principais equipamentos, ao lado de anzol, itapuia, brite (bóia com nylon e anzol), arpão, zagaia, malhadeira e facão, além de paneiro, lanterna e arco e

flecha. Registra-se como negativo e desnecessário o uso de paus venenosos, como o timbó. As técnicas usuais não apresentam características nocivas ao meio ambiente. O sucesso depende de saber adaptá-las ao ciclo ambiental e às particularidades de cada espécie de pescado. No caso do pirarucu, explicam que, por ser um peixe de respiração aérea, é mais apropriado o uso do arpão, requerendo habilidade reconhecida dos melhores pescadores da comunidade. As técnicas de captura tornaram essa atividade uma atribuição generalizada entre o grupo familiar. Para o observador desse universo sócio-ambiental não causa surpresa manterem em suas tradições o uso de arco e flecha para pescar, como traço cultural aprendido nos intensos contatos com índios habitantes do alto das cachoeiras.

A tartaruga também foi comercializada, não somente para produção de carne, mas também de *manteiga* ou *banha* para uso alimentar e medicinal. Essa prática corrente na Amazônia provavelmente foi assimilada da cultura indígena. Nos discursos dos negros são constantes as referências à tartaruga e ao papel que ela ocupou como alimento preferencial do grupo. Estas referências sobre a temporada de caça dessa espécie povoam sua memória e remetem ao modo de vida construído pelos antigos, para os quais seu consumo representava elementos simbólicos nos ritos e celebrações da vida social. Compondo o campo mítico nas expressões sobre os animais do rio, o escavar das lembranças remete às interações mantidas com a natureza, quando participavam das *virações* das tartarugas, no tempo de desova.

Reificação de saberes

O exame da existência história desse grupo é surpreendente como leitura sobre a intervenção da sociedade branca. Esta superpõe ações no território de conquista de forma impositiva e nega-lhe visibilidade, como é o caso do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - do Projeto de Mineração da Mina de Bauxita pretendido pela ALCOA, de 1991, que em nenhum momento se refere à sua existência. Antes de terminar a década de oitenta, outros sinais oriundos do mundo branco anunciam formas mais agressivas de dominação das terras de trabalho dos negros. Não são alterações no processo de trabalho ou na cadeia de comercialização. Em 1979, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF anuncia a decretação da Reserva Biológica do Trombetas, à margem esquerda do rio. Coincidentemente ou não, a área é reconhecida pelos negros como rica em castanhais; mas também contém os lagos mais piscosos, madeira de lei, palhas, fibras e sementes. Aliás, ao longo do rio Trombetas, sobretudo a partir de Boa Vista em direção a Cachoeira Porteira, ambas as margens contêm abundância da *Bertolheia Excelsa*, mas os coletores reconhecem haver diferença de qualidade e de densidade de árvores do lado direito ao esquerdo do Trombetas. A imagem de fatura que serviu para denominar os castanhais é atualmente uma cruel idéia de limite, uma barreira que se levanta por força da Reserva. Um coletor, apontando para o lado esquerdo do rio, explicava o sinal de sua

grandeza e a dimensão da perda. A proibição de acesso aos castanhais golpeou todas as comunidades, identificadas igualmente pelo extrativismo, pois estão sendo obrigadas a empreender deslocamentos para atingir as áreas de coleta mais distantes, sempre às escondidas. A intervenção do extinto IBDF seguiu a mesma trilha da exclusão em todos esses anos. Inicialmente, permitia o acesso aos castanhais no inverno, embora proibisse cruzar as matas no verão. De 1989 para cá, a proibição tornou-se geral. O primeiro grande impacto percebido pelos negros foi a violenta mudança em suas condições de trabalho e o sobressalto e medo diante projetos de transformação mais radicais, caso seja concretizado o projeto de construção da hidrelétrica de Cachoeira Porteira.

Às perdas econômicas para o grupo negro somam-se outras, mais profundas na consciência dos antigos ocupantes. A contestação canaliza uma visão das perdas de terras de uso imemoriais *escravizadas* nos limites da Reserva e outras decisões arbitrárias que provocam o *cerco das terras* e beneficiam as empresas que estão chegando, imobilizando-as para futuros empreendimentos.

É assim que essas comunidades negras fazem a leitura de sua história, reelaborando sentimentos de pertencer, de ser. Em oposição àqueles que chegam, representados como o estrangeiro, não-ser do lugar. Trata-se de discursos retrabalhados pela memória da escravidão e associados a cada situação emergente ao longo do rio. Os discursos cruzam-se de forma clara e contundente, especialmente quando se trata de reconhecer o modo de preservação desse ecossistema e de espécies, a exemplo da tartaruga. Os grupos de remanescentes de quilombos reconhecem e apontam o que consideram abuso da autoridade, especialmente definido pelo controle de mão única que não recai sobre comerciantes ou criadores. Por ocasião das vigilâncias realizadas pelo IBAMA, foram confiscados seus instrumentos de trabalho como espingarda, facão, canoa. Este tipo de ação inflige danos e perdas materiais às comunidades, ocorrência somada ao mal-estar das situações de perseguição. A escassez de alimentos não encontrava correspondência nas terras ainda relativamente livres para o trabalho, na região do Trombetas e Erepecuru (Cuminá). Ao contrário, nas comunidades menos afetadas pelas proibições, o discurso é o da fartura. A memória do passado traz o reencontro com o tempo da abundância. Na contemporaneidade de comunidades como Moura, Boa Vista, Juquiri, Juquirzinho, Irepecu e Palhal, o discurso que toma lugar é o da restrição, dos reduzidos alimentos comprados com os salários recebidos pelo trabalho na Mineração Rio do Norte. No imaginário do negro do Trombetas desloca-se o lugar da fartura. Esta é simbolizada nas festas e visitas realizadas a familiares nas comunidades situadas no Médio Trombetas e Erepecuru ao longo dos rios e às margens dos lagos.

Os negros do Trombetas demonstram níveis de permanência e capacidade de reprodução sobre as bases de sua identidade étnica e domínio territorial. Frequentemente denominados e confundidos como *caboclos e riberirinhos do Baixo Amazonas*, eles não alteraram sua localização e distribuição no espaço, contrariamente ao que se observa nos processos migratórios de camponeses para a cidade de Santarém. Esse processo migratório começa nos anos de 1990 na região do Trombetas como resultado

do apresamento de suas terras por empresas de mineração e das barreiras levantadas com a criação da Reserva Biológica do Trombetas e da Floresta Nacional de Saracá-Taquera.

Pelo ângulo cultural, este grupo camponês está integrado numa malha intrincada de relações sócio-culturais que são construções provenientes da sua história e do profundo estoque simbólico e integrador da memória do quilombo, incorporado no presente como projeto social de permanecer nas terras conquistadas. Assim, o bastião de reivindicações das comunidades remanescentes de quilombos do Trombetas é a antiguidade e a identificação de direitos conquistados - agora instituídos enquanto direitos constitucionais -, porque apoiados na sua própria história e legitimidade política. Dessa forma reclamam os direitos a essas terras conquistadas.

Conclusão

A insistente negação proveniente de visões de mundo, instituições e setores dominantes das conquistas realizadas pelo grupo negro impõe-lhe movimentos políticos em busca de uma relação de força favorável e, nesse sentido, as ações desenvolvidas na atualidades são de reconquista do território. É com esse objetivo que pleiteam a demarcação das terras em cumprimento do artigo 68 da Constituição de 1988, contando com situações vitoriosas - demarcações de Boa Vista, Água Fria e Pacoval. Ao mesmo tempo, outras comunidades têm encaminhado suas solicitações. Representados pela Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná - ARQMO, esses grupos apresentam-se com posições mais propositivas no campo político. Encaram como prioritária a revisão do Estatuto da Reserva Biológica do Trombetas, que, ao longo de 17 anos, permanece marcada nessa região por práticas conservacionistas baseadas no preceito da “natureza intocada”. O IBAMA retira assim do seu controle riquezas vegetais e animais que outrora tinham oportunidade de utilizar e manejar conforme noções e regras aprendidas num percurso de tempo que lhes credita um saber primoroso sobre a natureza.

Dados recentes mostram que o município de Oriximiná detém uma quantidade importante de produção da castanha-do-pará pois, em 1994, registra a coleta de 2090 toneladas sobre o total de 9689 produzidas no Estado do Pará (IBGE, 1994, 52,53). A presença do grupo é persistente nos castanhais apesar do severo controle realizado pelo IBAMA, instituição que, em lugar de insistir em práticas educativas e de valorização do conhecimento acumulado por esses trabalhadores, força-os a situações de clandestinidade. Estão sujeitos a viverem insistentemente sob uma vigilância acusadora e muitas vezes repressiva e violenta. Situação ainda agravada com o programa de proteção aos quelônios. Possibilidades promissoras de parceria e trocas de saberes, de práticas e de experiências entre os grupos negros e técnicos, pesquisadores e administradores da política ambiental, frustram-se pelo imperativo de uma visão tecnicista e de domínio de certo padrão científico que estabelece fortes

impeditivos para a troca. As razões desta separação de mundos está na dominação de um modelo de explicação das relações sociedade-natureza e das próprias hierarquias sociais, políticas e mentais que obstaculizam os fluxos de informação, o que ao final tem um efeito *boomerang*, pois dificilmente será possível pensar em conservação da biodiversidade sem atentar para a diversidade cultural e o reconhecimento dos saberes dos outros e de suas concepções sobre natureza e sociedade.

Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa E. Terras e Afirmação Política de Grupos Rurais Negros na Amazônia In. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Terra de Quilombo*. Associação Brasileira de Antropologia, Rio de Janeiro. Julho 1995.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth e CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Negros do Trombetas*. Guardiães de Matas e Rios. Belém, UFPA/NAEA, 1993.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1996)*. Mimeo.
- BARTH, Fredrik. The Nature and Variety of Plural Units. In: MAYBURY-LEWIS, David. *The Prospects for Plural Societies*. Washington, American Ethnological Society, 1984 (p.77-88).
- BASTOS, Aureliano Candido Tavares. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975. (1a. Ed. 1866)
- COUDREAU, Otille (Org.). *Voyage au Trombetas (7 aout 1899-25 nov. 1899)*. Paris, Lahure, 1900.
- COUDREAU, Otille. *Voyage au Cuminá*. Paris, A. Lahure, 1901.
- DERBY, Orville. O Rio Trombetas. *Boletim do Museu Emílio Goeldi*, Belém, n ° 5, 1898.
- DESCOLA, Philippe, Lenclud, G, Taylor, AC. & Seveir, A (eds.) *Les idées de l'Anthropologie*. Paris. Armand Colin, 1988.
- GODELIER, Maurice. A Racionalidade dos Sistemas Econômicos. In: Carvalho, Edgardde (Org.) Godelier - Antropologia. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo. Ed. Ática, 1981.
- _____. *L'Idéal et le Matériel*. Paris. Ed, Fayard, 1984.
- IBGE, Departamento de Agropecuária. *Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura*, V. 9 (1994) Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- MORIN, Edgar. *O Paradigma Perdido - A natureza humana*. 5a. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1992.
- PENNA, Domingo Soares Ferreira. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. 2 v. (1a. Ed. 1867).
- PROJETO VIDA DE NEGRO. *Frechal*. Terra de preto. Quilombo reconhecido como reserva extrativista. São Luis, SMDDH/CCN-PVN, 1996.
- RODRIGUES, J. Barbosa. Exploração e estudo do Vale Amazonas, Rio Trombetas. Rio de Janeiro, 1875.